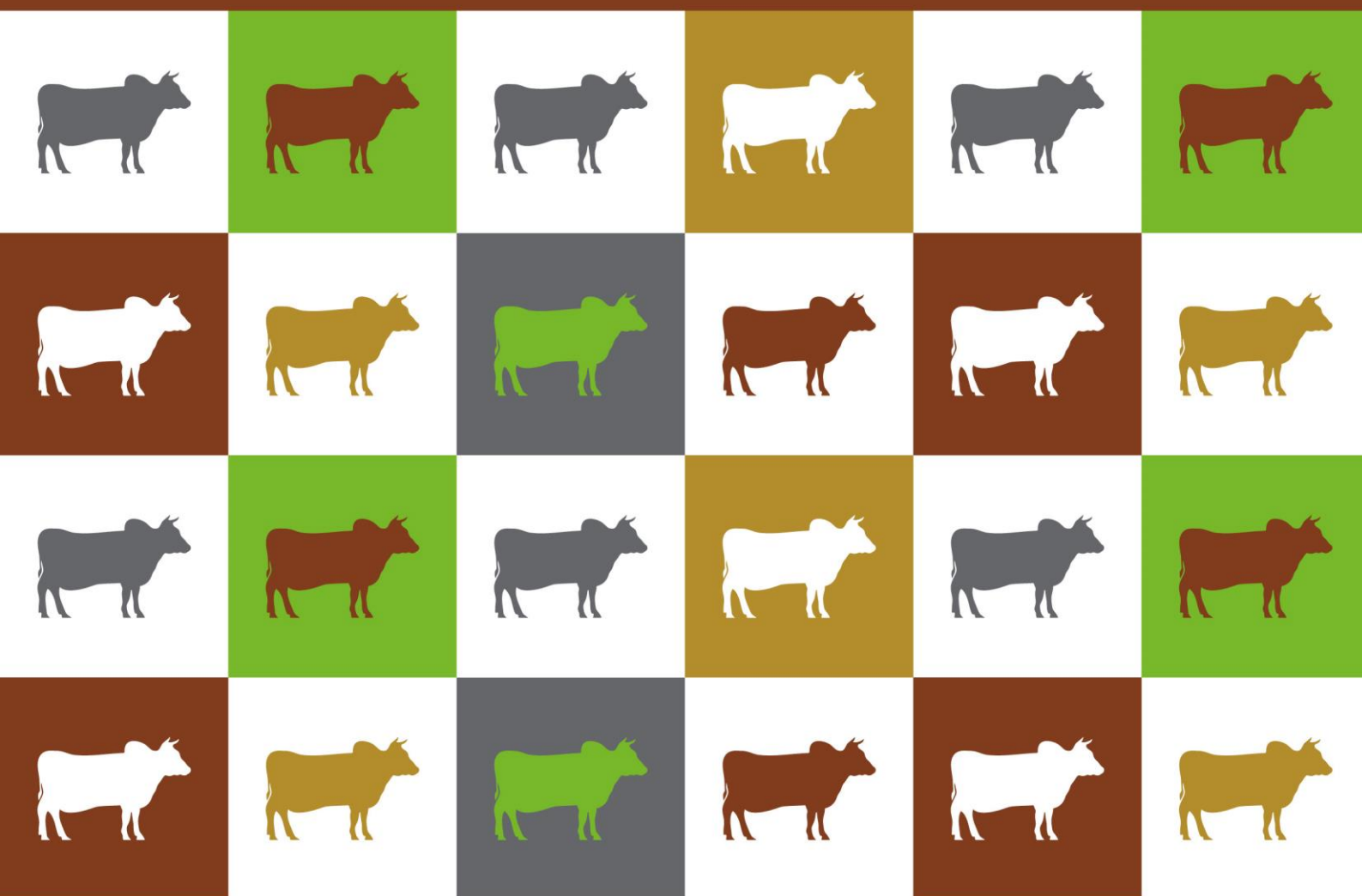


# Oficinas de Capacitação do Protocolo de Monitoramento e Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia

Piracicaba, 03 de julho de 2024



**BOL** NA  
**LINHA**

## Introdução

Em 2009, os maiores frigoríficos do país assinaram compromissos, concordando em monitorar as compras de gado bovino originado da Amazônia, em atendimento ao Ministério Público Federal (TAC do Pará e TAC da Carne Legal) e organizações da sociedade civil (Compromisso Público da Pecuária na Amazônia). Com eles foram apresentados os critérios que deveriam ser utilizados pelas empresas signatárias no monitoramento da cadeia de fornecedores, de modo a coibir a comercialização de produtos bovinos provenientes de áreas com irregularidades na Amazônia.

Através do **Protocolo de Monitoramento dos Fornecedores de Gado da Amazônia – Versão 1.1** (2021), aprovado oficialmente pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal (MPF), estabeleceu-se os parâmetros e regras para analisar as compras de gado.

Como os compromissos também definem que o monitoramento implementado pelos frigoríficos deve ser auditado anualmente para verificar se está de acordo, em outubro de 2021, ocorreu o lançamento do **Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia** que harmoniza e unifica os procedimentos de auditorias para tornar o processo mais confiável e transparente. Os frigoríficos passam a contar com um documento de referência que agrega valor para as empresas e gera transparência à sociedade civil.

As auditorias buscam avaliar a conformidade nas compras de gado, por meio de verificação da efetividade do sistema de monitoramento de fornecedores utilizados na empresa. As diretrizes e procedimentos definidos no Protocolo substituem as determinações vigentes até o momento e estão voltados para que as organizações de auditoria independentes executem a verificação do cumprimento dos termos dos compromissos assumidos pelas empresas.

Para ampliar a participação e o envolvimento dos frigoríficos nesse processo, foram organizados entre setembro e dezembro de 2023, uma série de oficinas no âmbito do Programa Boi na Linha, com o objetivo principal de capacitá-los em relação ao **Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia (PMFGA) – Versão 1.1 e Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia – Versão 1.0**.

Destacam-se também outros objetivos das oficinas, como:

- Fornecer subsídios para futuras revisões do Protocolo de Monitoramento e de Auditoria;
- Engajar os frigoríficos na implementação e melhoria dos processos de monitoramento;
- Fortalecer o diálogo com os frigoríficos e outras entidades regionais ligadas à cadeia produtiva da carne;



- Identificar agendas de interesse público para fortalecimento do TAC e das estratégias de desenvolvimento da pecuária.

Os eventos presenciais aconteceram em sete cidades de quatro estados da Amazônia, sendo: Nova Xavantina (MT), Cuiabá (MT), Sinop (MT), Rio Branco (AC), Marabá (PA), Paragominas (PA) e Ji-Paraná (RO). No total participaram 131 pessoas, entre frigoríficos, órgãos públicos, associações, sociedade civil, produtores, dentre outras.

*Quadro 1 - Quantidade de instituições presentes*

OFICINAS	Rio Branco 12/09	Nova Xavantina 13/09	Nova Xavantina 14/09	Marabá 17/10	Cuiabá 24/10	Ji Paraná 07/11	Paragominas 04/12	Sinop 06/12	Total
Associação regional	-	-	1	-	-	3	3	-	7
Consultoria	-	1	3	3	4	-	3	3	16
Frigorífico	1	-	-	3	7	1	2	4	18
Curtume	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Órgão Público	-	1	4	-	0	1	1	-	8
Universidade	2	-	-	1	0	-	-	-	1
Sociedade Civil	-	-	1	-	1	-	1	-	3
Outras	-	1	-	-	3	-	1	-	4
<b>Número total de entidades</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>61</b>

Dessa forma, este relatório busca apresentar os temas trabalhados nas oficinas com os comentários que foram levantados em cada evento, além de fazer um balanço dos eventos no intuito de promover a realização de monitoramentos e auditorias confiáveis, seguras e consistentes sobre os acordos estabelecidos referentes à cadeia de carne bovina na Amazônia.

## Workshops de Capacitação dos Frigoríficos no Protocolo de Monitoramento e de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia

As oficinas aconteceram nos períodos da manhã e da tarde, com duração das 8h às 17h. Os eventos foram conduzidos pela equipe do Programa Boi na Linha com a participação de convidados externos nas oficinas de Cuiabá – MT e Sinop- MT. A oficina de Nova Xavantina - MT, em 13/04, aconteceu em um assentamento rural e foi realizada em parceria com a Liga do Araguaia.



A abertura dos eventos contou com breve apresentação institucional sobre o Imaflora. Em seguida, foi realizada a contextualização sobre o cenário da pecuária na Amazônia, com informações sobre a produção de gado bovino, expansão de paisagens e desmatamento. Logo, foi introduzido o **Programa Boi na Linha** e o histórico dos compromissos da pecuária na Amazônia. Neste momento, também foram realizadas atividades dinâmicas para maior participação do público. Os resultados obtidos com essas atividades estão descritos no tópico *Principais comentários, dúvidas e sugestões*.

No período da tarde, os critérios do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia foram apresentados e discutidos. Na maior parte das oficinas, o público já tinha um conhecimento prévio sobre o PFMGA, portanto esse momento foi voltado para discussões sobre situações práticas e sugestões de melhorias para o documento, com diálogos enriquecedores. Também foi abordado o processo de auditoria, orientado pelo **Protocolo de Auditoria**, que avalia a performance das empresas em relação aos compromissos da pecuária com base nos critérios e parâmetros do PMFGA.

Assim, foram apresentados os **passos iniciais da auditoria** (envolvem a definição do escopo e a seleção da empresa de auditoria), a **preparação** (com a construção de um plano e o acesso aos dados e informações que devem ser compartilhadas), a **condução dos trabalhos de auditoria** (verificação dos sistemas de monitoramento e as conformidades das compras de gado e dos procedimentos de informações ao consumidor, a partir dos critérios estabelecidos), e o **encerramento** (quando há toda elaboração, envio e publicação do relatório).

Na segunda etapa do período da tarde, foi abordada a questão da **rastreabilidade**, com explicação sobre sua importância no combate às práticas de triangulação do gado, situação atual de acesso às bases de dados de GTAs e tendências no sentido de monitoramento completo da cadeia motivado por legislações internacionais, como o Regulamento Europeu para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR).

Por último, discutiu-se sobre a **reinserção de produtores** bloqueados por desmatamento ilegal (TAC) e desmatamento zero (CPP) na cadeia de fornecimento dos frigoríficos, por meio de **Programas de Reinserção de Produtores**, como o PREM (Programa de Reinserção e Monitoramento), no Mato Grosso, e o SIRFLOR (Sistema de Restauração Florestal), no Pará. Na oficina de Nova Xavantina (13/09), a equipe do PREM foi convidada para apresentá-lo, bem como nas oficinas de Cuiabá (24/10) e Sinop (07/12).



Horário	Conteúdo	Temas
07:40	Boas Vindas	
08:00	Apresentação Institucional Imaflora	Missão, eixos de atuação, projetos, serviços e recursos
08:30	Contexto da Pecuária na Amazônia	Dados históricos Brasil e Estado
10:00	Coffee Break	
10:15	Programa Boi na Linha	Histórico, objetivos, parceiros e números
12:30	Almoço - Restaurante do Hotel	
13:30	Programa Boi na Linha	Crítérios do Protocolo de Monitoramento e Auditoria
16:00	Coffee Break	
16:15	Rastreabilidade	Complexidade da cadeia pecuária
16:30	Programas de Reintegração de Produtores	Bases para Programas de Reintegração, PREM, SIRFLOR
17:00	Encerramento	

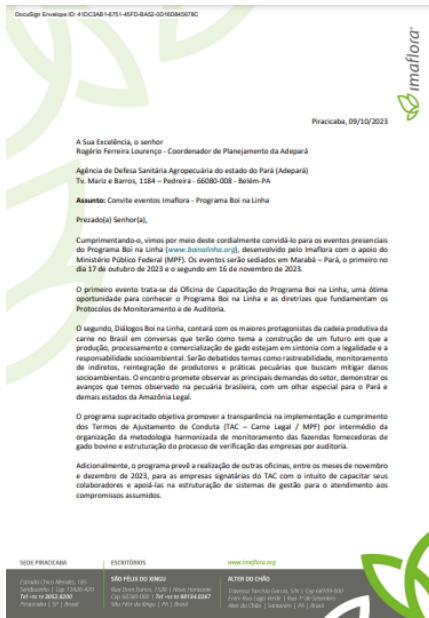
Figura 1: Agenda das oficinas.

## Balanço das participações nos workshops

Os eventos presenciais foram precedidos pelo período de mobilização das empresas, com o intuito de convidar todos os frigoríficos, com e sem TAC, a participarem das oficinas de capacitação. Outros atores também foram mobilizados, como sindicatos rurais, organizações da sociedade civil e órgãos estaduais. Para oficina de Marabá (17/10), foi enviado um Ofício pelo Imaflora para Adepará, convidando-os a participar do evento, como mostram as figuras 2 e 4.







Figuras 2 e 3: Ofício enviado pelo Imaflora convidando a Adepará a participar da Oficina de Marabá, em 17/10.

Também foram enviadas mensagens por e-mail e WhatsApp (figuras 3 e 4), realizadas tentativas de contato via telefone e, por fim, houve ampla divulgação através dos canais de comunicação do Boi na Linha.



Figura 4: Material enviado por WhatsApp.

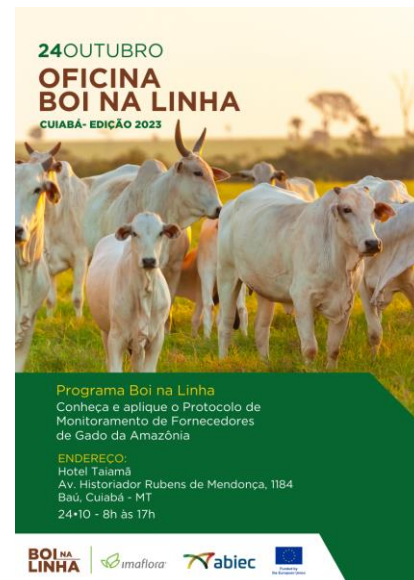


Figura 5: Material enviado por e-mail.



O público-alvo dos eventos eram os frigoríficos, mas estiveram presentes também representantes de outras instituições locais, como associações regionais, universidades, órgãos públicos, consultorias, empresas de curtume e processadores. O quadro 2 detalha quais instituições estiveram em cada workshop. A lista completa dos participantes está no Anexo I deste relatório.

*Quadro 2 - Balanço dos participantes nas oficinas.*

<b>Local</b>	<b>Instituições Presentes</b>	<b>Quantidade instituições presentes</b>	<b>Quantidade participantes presentes</b>
Rio Branco – AC (12/09)	JBS/Friboi; IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre); MPF (Ministério Público Federal).	3	5
Nova Xavantina - MT (13/09)	EMPAER (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural); Sicredi.	2	31
Nova Xavantina - MT (14/09)	Liga do Araguaia; Secretaria de Administração, Finanças e Agricultura Familiar; Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura Nova Xavantina (Comunicação); SCFV; Plantando Sementes; Agrícola Alvorada; Sertão Agropastoril.	8	16
Marabá - PA (17/11)	JBS/Escritórios Verdes; Frigorífico Rio Maria; Frigorífico Valêncio; Durli Couros; Unifesspa; Regularize Agro; MultVet Agronegócio; Biogenesis Bagó.	8	17
Cuiabá - MT (24/10)	Frigorífico Boi Branco; Minerva Foods; JBS/Escritórios Verdes; Marfrigo; Frigonelore; Naturafri; Agropam; ICV; Serasa; PCI; Agroflore; Agrotorn; Ramo Ambiental; Girassol; Earth.	15	25
Ji-Paraná - RO (07/11)	JBS/Friboi; Funai; Coopaiter; Cooperativa Garah Itxa; Povo Paiter.	5	8
Paragominas - PA (04/12)	Fortefri; Mafrinorte; SEMMA Paragominas; TNC; Acripará; Adepará; Sindicato dos Produtores Rurais; Geomaster; Nativa Carbono; Norte Brasil; Banco da Amazônia.	11	17
Sinop – MT (06/12)	Frigobom; Frialto; Pantanal Beef; JBS/Escritórios Verdes; Agrisee; Zanardi Consultoria; Restauragro.	7	12
<b>Total</b>		<b>59</b>	<b>131</b>

O número de participantes nos eventos aumentou em relação ao último ciclo de oficinas de 2022, com maior variedade nas instituições presentes. Em 2022, participaram 25



instituições e 47 pessoas divididos em 4 eventos, enquanto em 2023 participaram 61 instituições e 131 convidados distribuídos em 8 eventos.

Para atingimento de maior público, foi elaborado um banco de dados com contatos de frigoríficos, curtumes, órgãos públicos, associações locais e sindicatos, instituições de pesquisa, varejistas, sociedade civil e produtores. Além disso, a Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) colaborou com o engajamento dos frigoríficos associados, incentivando sua participação. Esse banco de dados segue em atualização para os próximos eventos, tendo em vista os desafios na comunicação com alguns frigoríficos de menor porte.

Ainda, espera-se que as participações sejam maiores para o próximo ciclo, principalmente nos estados do Acre e Rondônia. A baixa adesão nesses estados pode ser justificada pela quantidade reduzida de TACs assinados e pela recente troca dos representantes do MPF. Em Rondônia, a presença de povos e associações indígenas guiou a discussão para a problemática da criação de gado dentro de Terras Indígenas, focando em um conteúdo diferente das outras oficinas. No Acre, as discussões foram mais voltadas para regularização e licenciamento ambiental devido à participação de órgãos públicos.

Tem-se também, como desafio para o próximo ciclo, o engajamento de varejistas, uma vez que estes foram convidados mas não compareceram e as regiões onde foram feitas as oficinas contam com grandes redes que possuem um papel fundamental no combate às irregularidades na cadeia da pecuária.

Para maior adesão de frigoríficos, com base na experiência com os eventos de 2023, para o próximo ano os trabalhos de engajamento com a Abiec terão planejamento conjunto mais estratégico. Também serão realizadas oficinas em diferentes municípios próximos aos centros de pecuária ativa, pois os fatores de tempo e distância para deslocamento até outros municípios influenciam na participação desse público, uma vez que envolve custos e ausência de representantes na empresa.

Outro fator que também se deve levar em consideração é a resistência de muitas empresas em aderir aos termos e exigências estabelecidos no TAC. Muitas têm dúvidas sobre os processos, mas preferem se manter fora do circuito (já que não tem ocorrido penalidades a eles), e acreditam que a responsabilidade de fiscalizar o produtor rural é dos órgãos ambientais e que o custo de monitoramento e de auditoria é muito alto para as empresas. No entanto, considera-se que o trabalho de engajamento é contínuo e as ações desenvolvidas agora também contribuirão para um maior engajamento nas ações futuras.

## Principais comentários, dúvidas e sugestões

Durante os workshops, os participantes se manifestaram em relação aos principais aspectos que envolvem o PMFGA e de Auditoria, consistindo principalmente em dúvidas e





comentários para serem avaliados, sobretudo pelo MPF e pelos órgãos ambientais envolvidos. Casos reais são trazidos pelo público e analisados em conjunto, culminando em sugestões de melhorias e correções também, pensando na melhoria da próxima versão dos Protocolos (Monitoramento e Auditoria), e pontos de atenção que precisam ser sistematizados para o processo de auditoria.

Todas as manifestações foram registradas, e os principais temas e demandas foram apresentadas para o MPF e discutidos na Câmara Técnica de Apoio ao TAC. Como nem todos os tópicos são similares, serão apresentados a seguir, organizados por estado.

## 1. Rio Branco (AC)

### 1.1 Comentários Gerais

- SEMAPI faz o monitoramento dos PRAs. IMAC faz monitoramento de licenças ambientais emitidas, por necessidade ou por amostragem. Análise prioritária do CAR é pré-requisito para o IMAC emitir licença.
- Mudanças no cenário do Acre, muitos pecuaristas estão migrando para soja e exportando para o Peru. Lucro na soja maior que na pecuária.

### 1.2 Temas críticos

- Produção de gado na RESEX Chico Mendes.
- Produtor, muitas vezes, diz que vai pensar se vai fazer o PRA e, em seguida, procura outra opção para venda de gado.
- Tem PRA que demora 1,5 anos para ser liberado e o produtor precisa vender naquele momento.
- Escritórios Verdes/JBS: em 2 meses de trabalho, conseguiram convencer apenas 1 produtor a aderir ao PRA.

### 1.3 Degradação ambiental

- *Desmatamentos + ausência de licenças para desmatamento = **não financiamento bancário**;*
- *Não financiamento bancário + não financiamento privado + não financiamento público + não financiamento próprio = **baixo recurso financeiro***
- *Baixo recurso financeiro + falta de conhecimento técnico + falta de recursos físicos (sementes, funcionários capacitados) = **pastagem de baixa produção***
- *Pastagem de baixa produção + gado pastejando acima da capacidade de recuperação do pasto = **degradação do solo***





Figura 6: Participantes da oficina de Rio Branco – AC.

## 2. Nova Xavantina (MT) - 13/09

### 2.1 Comentários Gerais

A oficina ocorreu em um assentamento rural em parceria com a Liga do Araguaia. Portanto, a maior parte do público foi de pequenos produtores e os assuntos discutidos foram desde as regras do Novo Código Florestal até o Programa Boi na Linha e os programas de reinserção de produtores.

- Adequação ambiental nos diversos tipos de propriedade com auxílio de um parceiro técnico no lugar de assistência técnica.
- Produtores com interesse nas exceções das regras do Novo Código Florestal.
- Explicação sobre CAR coletivo e CAR individual.
- Desafios do Mato Grosso em relação a incertezas sobre o tipo de vegetação (Floresta ou Cerrado), localização de nascentes e mapa de uso consolidado.





*Figura 7: Apresentação do Programa Boi na Linha em Nova Xavantina – MT.*



*Figura 8: Participantes da oficina em Nova Xavantina – MT.*

### **3. Nova Xavantina (MT) - 14/09**

#### **3.1 Comentários Gerais**

- Realizado no Sindicato Rural de Nova Xavantina, o evento contou com a participação de 16 pessoas, entre produtores rurais, servidores públicos de órgãos ambientais do município e representantes do setor.
- Lisandro Inakake apresentou o Protocolo de Monitoramento do Programa Boi na Linha, com o intuito de orientar os presentes e promover práticas responsáveis na cadeia da pecuária, visando a sustentabilidade e a legalidade ambiental.
- Como convidado para o encontro, Bruno Andrade, diretor do Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC), destacou o trabalho do Instituto e apresentou as



ferramentas como o Selo Verde e o PREM (Programa de Regularização e Monitoramento), que auxiliam na certificação e valorização da carne produzida de forma responsável.



*Figura 9: Apresentação na oficina de Nova Xavantina – MT.*

## 4. Marabá (PA)

### 4.1 Comentários Gerais

- As Políticas públicas deveriam ser o tema central das discussões, pois influenciam diretamente na cadeia. A regularização fundiária é a espinha dorsal do problema, assim como a falta de acesso ao conhecimento e à informação. A ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é um exemplo disso e que depende fundamentalmente do Estado – ampliação para público.
- É necessário menos morosidade dos órgãos do Estado, como Adepará, em avançar com a regularização/adequação das GTAs e CARs (sobretudo nos PAs). Avaliação de como os frigoríficos podem unir forças para pressionar o setor público para destravar a agenda. A adequação aos critérios do PMFGA envolve custos (pessoas capacitadas e investimentos).
- Seria importante o MPF utilizar a mesma plataforma de transparência que os frigoríficos para consultar propriedades bloqueadas, pensando em otimizar e chancelar o desbloqueio – unificar o local de consulta.

Foi realizada uma dinâmica com os participantes da oficina na qual eles deveriam listar **pontos de gargalos e limitações** na cadeia da pecuária e **pontos vistos como oportunidades**. As respostas estão apresentadas abaixo:





## 4.2 Limitações

- É preciso melhorar a comunicação e a linguagem utilizada pelo setor, de modo que os pequenos produtores possam compreender o que está sendo requisitado pelo MPF, mercado e sociedade, para facilitar o engajamento. Por isso, também é importante o acesso à informação e capacitação dos pequenos produtores (os pequenos têm consciência da necessidade de se adequar, mas não sabem como). A adequação será fundamental para acessar mercados - maneiras para lidar com exclusão.
- É necessário um protocolo unificado para bancos e investidores, à exemplo do PMFGA, que foca nos frigoríficos.
- Morosidade do estado em casos de regularização de Prodes falso positivo. Essa morosidade também acontece com o Ibama no caso dos embargos e com o Incra na regularização fundiária, o que tem impactado bastante no avanço da agenda. Entidades estão distantes e isoladas desta discussão.
- MPF precisa cobrar a responsabilidade de outros frigoríficos e outros setores, como o de insumos.
- Regularização ambiental e fundiária e rastreabilidade: formas de rastrear gado originado de áreas sem registro/documentação (TI, UC, Terra devoluta, assentamentos). Como regularizar?
- Pressão sobre Estado para abertura pública dos dados: frigoríficos precisam se unir para encaminhar demanda.
- Preocupação com sobreposição com TI dos indiretos. Dúvidas sobre procedimentos (como resolver e quem acionar).

## 4.3 Oportunidades

- Participação em outras oficinas de empresas de insumos e outros atores da cadeia, para o aumento do engajamento do setor como um todo.
- Formas de premiação para pecuaristas, por exemplo, por produtividade. Pensar nos incentivos que podem ser oferecidos.
- É preciso unificar a plataforma de dados das propriedades fornecedoras para evitar vazamento e/ou compra equivocada de gado com passivo ambiental. Isso fará com que o produtor seja forçado a regularizar sua situação (Semas/Adepará têm acesso a essa informação).
- Pensar/buscar incentivos para produtores se adequarem às práticas produtivas sustentáveis. Trazer o setor de insumos pode ajudar no engajamento como um incentivo para os produtores se regularizarem. Projetos de parceria com o varejo e a universidade para implementar pilotos de rastreabilidade, restauração ILPF, também como formas de incentivo. Além das parcerias com universidade e setor privado para fomentar pesquisa e inserção no mercado, via projetos PPP.





- Uso de maneira integrada de pastagens degradadas (SAF) para gerar atividade econômica e restaurar paisagens, como cacau ou AG Reg.
- Seria importante construir um sistema integrado entre Adepará e frigoríficos para ter acesso em tempo real e evitar problema nas compras. O índice de produtividade pode ser controlado pela Adepará, com bloqueio na compra/movimentação.
- Catireiro e leilões também são problema no monitoramento (esquentamento de gado). É preciso ser feita uma consulta prévia antes do leilão.



Figura 10: Participantes da oficina de Marabá – PA.

## 5. Cuiabá (MT)

### 5.1 Comentários Gerais

- Questão dos mercados mais restritivos em relação ao desmatamento (ilegal/ desmatamento zero), produtor precisa avaliar em qual mercado pretende seguir.
- Efeito econômico da mudança ambiental da propriedade (redução no consumo de água, aumento da produtividade com a redução das áreas de pastagens, valor da floresta em pé).
- Frigoríficos que não fazem auditoria como foco do MPF.
- Decreto estadual nº 1031/2017 sobre SIMCAR e programa de regularização ambiental no Mato Grosso.

Ao longo da oficina, foi proposta uma dinâmica na qual os participantes deveriam listar **pontos de gargalos e limitações** na cadeia da pecuária e **pontos vistos como oportunidades**. As respostas estão apresentadas abaixo:

### 5.2 Limitações



- Alguns pequenos frigoríficos estão iniciando o monitoramento conforme o PMFGA, no entanto, é preciso melhorar a comunicação e a linguagem utilizada pelo setor, facilitando a compreensão em relação aos requisitos do MPF, mercado e sociedade.
- ICMBIO alega não saber qual atestado deve emitir autorizando a pecuária, inviabilizando o cumprimento da regra de desbloqueio do protocolo PMFGA. Caso parecido em relação órgão que administra APA.

### 5.3 Oportunidades

- Participação de entidades bancárias nas próximas oficinas;
- No estado do Mato Grosso, o pequeno produtor tem dificuldade de acesso ao conhecimento e à informação, e, muitas vezes, não tem dinheiro para pagar pela consultoria de regularização, programa de extensão rural. O Poder público deveria fazer o papel de disseminador de conhecimento.
- Verificar se a APF (autorização provisória de funcionamento rural) poderia ser um documento de comprovação de áreas consolidadas, uma vez que ela é emitida baseada no CAR.
- Possibilidade de inserir no PMFGA pontuações no tópico de desmatamento sobre os casos de: incêndios na vegetação natural e limpeza da vegetação próxima à linhas de energia;



Figura 11: Atividade dinâmica realizada na oficina de Cuiabá – MT.





Figura 12: Participantes da oficina de Cuiabá – MT.

## 6. Ji-Paraná (RO)

- Questão da criação de gado dentro de Terras Indígenas. Na TI Sete de Setembro, há aproximadamente 1500 cabeças de gado, sendo que destas 1200 não são dos indígenas.
- Indígenas do povo Paiter Suruí gostariam de trabalhar com gado, portanto sugeriram a criação de uma marca própria com garantia de venda direta para os frigoríficos.
- A TI não possui linha de crédito, técnicos e infraestrutura. Sugestão, motivada por esse interesse em trabalhar com o gado, de parceria com o SENAR, para acompanhamento da pecuária dentro da TI, com foco em melhorias técnicas.
- Rastreabilidade individual, mas para isso precisaria de financiamento (brincagem, sistema, gestão).
- Programa de monitoramento via satélite – DETER para identificação de desmatamento e queimada em TI.
- Quando há sanção ou apreensão de gado ilegal em TI, uma parte do recurso arrecadado ou a carne do gado ilegal poderia reverter em benefícios para a TI.
- A FUNAI deveria fazer a certificação de carne vinda de TI com base oficial, fornecendo os brincos e colocando o gado dos indígenas no sistema oficial.





Figura13: Participantes da oficina de Ji-Paraná – RO.

## 7. Paragominas – PA

### 7.1 Comentários Gerais

- Paragominas tem aptidões especiais para inovação e um olhar para iniciativas e programas de sustentabilidade. Está na vanguarda da implementação do CAR, no ordenamento territorial, na melhoria genética do gado, em técnicas de rotação, aumento de produtividade, entre outros.
- Necessidade de trazer o Imaflora para trabalhar em conjunto com produtores rurais, trazer representações da pecuária para serem parceiros do Imaflora, além dos frigoríficos.
- Questão da rastreabilidade via decreto publicado pelo governo do Pará: quais as vantagens? Qual mercado pagará a mais para isso?
- É preciso considerar a aptidão do produtor e da terra para tomar decisões sobre produção. Na agricultura, as traders “oferecem” ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), para garantir produção. Funcionam como uma espécie de financiador do produtor. Mas na pecuária, isso não acontece, por isso é tão difícil para o pecuarista conseguir apoio financeiro (acesso a crédito+ATER, que são caros, e não são serviços oferecidos de maneira particularizada, ou seja, não considera as necessidades e dificuldades dos produtores, dependendo da região). Vale ressaltar a importância da diversificação da produção para apoiar os pequenos e médios produtores. Pensar em alternativas como silvicultura, ILPF, SAF, que podem ser interessantes caminhos de aumento de renda e independência produtiva e econômica.
- O Basa (Banco da Amazônia) está trabalhando na seleção de produtores para financiamento/crédito para acessar Programa Pecuária Verde. É necessário





implementar iniciativas que caminhem na direção do sistema MRV. Nesse sentido, o Boi na Linha pode contribuir para o processo.

- Na pecuária, é um grande desafio a prestação de ATER, porque cada um faz de um jeito diferente. Não há harmonização nas práticas. Ou seja, não há ATER preparada para prestar esse tipo de serviço. Pecuária é atividade especial, é preciso investimento e ATER especializada, de acordo com aptidão de sua área. A rastreabilidade deve ser encarada como um subproduto da produtividade (gestão da produção – separar os melhores animais, dos piores, as fêmeas que mais parem, e as que não dão cria, etc). É preciso esclarecer que os problemas existentes são de ordem política/burocrática, e não tecnológicas, ambientais. É preciso olhar para a pecuária sobre Princípio e não sobre Regra; este é o caminho.

Como o tema da rastreabilidade é considerado prioritário para os atores de Paragominas, houve um momento focado nesta discussão partindo do questionamento: “Como responder/propor processos para o governo estadual, frente a este decreto?”.

- Produtor rural que já implementa práticas sustentáveis na sua propriedade, deveriam ter mais acesso ao financiamento e crédito, comprovando práticas e resultados (juros menores, ou linha de crédito). Isso funcionaria como incentivo para o produtor investir em rastreabilidade: aumento de produtividade e tecnologia.
- Produtor precisa se comunicar, comunicar o que têm feito para responder à agenda da sustentabilidade. Parceria com bancos para financiar essas práticas.
- Visão da rastreabilidade como oportunidade de melhoria de gestão e de produtividade, de forma voluntária, e não obrigatória, para agregar valor, e atrair novos mercados que valorizem este tipo de produto/prática.
- Construir uma coalizão/aliança de figuras simbólicas que servirão como referência para outros produtores.
- Unir produtores que já estão fazendo o correto para levantarem a agenda da rastreabilidade.
- Intensificação para não precisar expandir e aumentar produtividade.
- Investimento em pagamentos por serviços ambientais.
- Financiamento da regularização ambiental e fundiária.
- Investimento em capacitação/treinamento/acompanhamento do produtor para evoluir suas práticas produtivas. A proposta é que o serviço de ATER do Basa acompanharia o produtor, para que tenha condições de aumentar sua produtividade de forma adequada ambientalmente, de maneira gradual, para que o produtor entenda e integre essas práticas no seu dia a dia, de forma orgânica, e não forçada/imposta. Usar metodologia do Basa para acompanhar os produtores rurais em implementar essas práticas. Mas, sem o título da terra, não conseguem liberar crédito/financiamento.





- Produtores vêm rastreabilidade como uma penalidade, pois já têm muitas dificuldades e desafios para manterem sua produção.
- Certificação pode ser um caminho para endereçar a rastreabilidade.
- Regularização ambiental é para produção de commodities. Como ficam os pequenos que têm dificuldade de regularizar? Dentre os bancos, o Basa tem mais sensibilidade com o pequeno.
- Preocupação de que se produtores de Paragominas (na figura do sindicato) não conseguirem influenciar na tomada de decisão do governo, com relação à rastreabilidade, não aceitarão cumprir com o decreto.
- Investimento, criação de fundo, para preparar produtores a implementar boas práticas que aumentem sua produtividade, sendo capazes de rastrear seus animais, mas como forma de gestão e não monitoramento de desmatamento.
- Vale uma mobilização do setor produtivo em se posicionar sobre pauta da rastreabilidade, ou qualquer outra, diante do governo. Isso é essencial para garantir soberania dos produtores. Para que não seja empurrado o cumprimento de algo que não concordam.
- Governo/GT Rastreabilidade poderia consultar os sindicatos dos produtores de regiões produtoras de gado, para entender qual é a melhor forma de elaborar o processo de implementação da rastreabilidade no estado.



*Figura 14: Participantes da oficina em Paragominas – PA.*

## 8. Sinop – MT



### 8.1 Comentários Gerais:

- Dificuldade no contato com o pequeno produtor, falta conhecimento e informações básicas, como GTA e CAR. Assim, muitas vezes, os frigoríficos preferem negociar com produtores médios e grandes por já possuírem estrutura. Pequenos produtores precisam de ambientalização com as legislações. Pecuarista precisa conhecer o Boi na Linha. Ações para informá-los devem ser feitas de forma constante para solidificar a informação para os pecuaristas.
- Existem os sindicatos, Empaer, mas muitas vezes não funcionam bem.
- Desalinhamento entre bancos e indústria.
- Dificuldades no entendimento da nova legislação da União Europeia (EUDR) e como farão para se adequar.
- O Boi na Linha garante a maior parte da EUDR.
- IMAC (Instituto Mato-Grossense da Carne): Formalização de ajustes para especificações do PMFGA para o estado de Mato Grosso junto ao MPF via IMAC.

O principal público da oficina de Sinop foram os frigoríficos da região e consultores. Como os participantes já tinham conhecimento sobre o PMFGA, foram realizadas discussões mais aprofundadas sobre os critérios do protocolo:

### 8.2 Desmatamento:

- Desmatamento zero: Há situações em que manejo florestal autorizado é detectado pelo Prodes. Deixar essa situação mais clara no critério de DZ, se a propriedade neste caso deve ser bloqueada.
- Desmatamento: No caso de queimadas, muitas vezes começa em uma propriedade e atinge outra. Pensar em um documento técnico, por exemplo, emitido pelo PREM para segurança jurídica. A SEMA corresponsabiliza propriedades sem aceiros e Imaflora não pode ir além daquilo previsto por lei.

### 8.3 Terras Indígenas

- Situação de aumento de propriedade (compra de área, alteração CAR) para burlar regra de sobreposição com TI.

### 8.4 Unidades de Conservação

- Dificuldades para conseguir ofícios com os órgãos.

### 8.5 Embargo ambiental



- Tem casos os quais o órgão estadual retira o auto de infração, após defesa do acusado, mas o Ibama retoma o auto de infração em nível federal. Definir a abordagem no protocolo.
- Burocracia do órgão ambiental para retirar o embargo do sistema. É emitido documento comprovando que o embargo foi regularizado, porém ele continua na plataforma do órgão. Possibilidade de o documento ser uma regra de desbloqueio.

### 8.6 Alterações nos limites do mapa do CAR

- Alteração no critério para que as regras de bloqueio/desbloqueio considerem sobreposição com todos os outros critérios, não apenas polígonos Prodes.

### 8.7 Cadastro Ambiental Rural (CAR)

- Momento exato para apresentação e validação do CAR. No protocolo, está como data da compra, porém para auditoria, frigoríficos estão apresentando situação do CAR na data de cadastro, compra, embarque e abate. Deve ser feito alinhamento com os auditores em relação a data analisada.
- Divergências no status do CAR estadual e nacional. O estadual mais atualizado, envia a informação para o nacional. Portanto, em caso de divergência, usar informação do CAR estadual. Verificar como está no protocolo e como está sendo tratado nas auditorias.

### 8.8 Produtividade

- Para o cálculo atual do índice de produtividade, é utilizada a área de uso alternativo consolidada declarada no CAR atual ou uma estimativa do percentual da área consolidada com base no Código Florestal da área total declarada no CAR. Sugestão de alteração específica para o Mato Grosso: Utilização de área produtiva para cálculo do índice, para que seja possível inserir área com autorização para desmatamento. No Mato Grosso, o Decreto Estadual 1.031/2017 dispõe sobre as Áreas de Uso Antropizado do Solo (AUAS), que são áreas de uso antropizado do solo, áreas degradadas e áreas alteradas, com ou sem autorização do órgão ambiental. Para diferenciar áreas abertas legalmente de áreas desmatadas ilegalmente, seriam utilizadas as informações: área produtiva declarada = áreas abertas com licença após 2008 + áreas consolidadas até 2008. Informações disponíveis no Geoportal MT.
- Falha no critério de produtividade pois cada empresa avalia o índice de produtividade da fazenda, sem informações sobre outras empresas. Ou seja, o produtor pode vender 3 cabeças/ha para uma empresa, mais 3 cabeças/ha para outra empresa e a venda total ser superior ao índice estabelecido.

### 8.9 Auditorias



- Auditores precisam estar mais treinados. Nas auditorias, há divergências na interpretação entre empresas de monitoramento, auditores e jurídico da empresa.
- Empresas de auditoria cobrando além daquilo estabelecido nos protocolos.
- Destacar para auditores marco temporal: data da compra.



Figura 15: Participantes da oficina de Sinop – MT.

## Conclusões

As oficinas realizadas em áreas estratégicas da Amazônia, focados no Programa de Monitoramento dos Fornecedores de Gado da Amazônia e na Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia, representaram oportunidades cruciais para reunir representantes de várias empresas de processamento de carne e outros interessados em fortalecer uma cadeia de valor da carne mais sustentável no bioma. Embora a maioria dos participantes seja signatária de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e/ou do Compromisso da Pecuária, é sempre essencial revisitar os protocolos, discutindo novos aspectos para aprimoramento e progresso contínuo.

Os comentários, dúvidas e sugestões foram anotados e sistematizados e podem servir como discussão para alterações no PMFGA. Ainda, foram apontadas necessidades de melhoria nos treinamentos dos auditores, uma vez que foram identificadas falhas no alinhamento da avaliação de alguns critérios.

Era esperada maior participação de frigoríficos, porém ações de engajamento em parceria com a Abiec estão sendo planejadas para aumentar a aderência destes nos próximos eventos, principalmente os de médio e pequeno porte. Ressaltamos que houve um aumento considerável no número de participantes em relação aos anos anteriores, mas



reconhecemos a oportunidade de sempre expandirmos ainda mais. Ainda, comentou-se muito sobre a participação de outros atores da cadeia, principalmente instituições financeiras e produtores. É importante o engajamento desses e de outros atores, como varejistas e órgãos públicos, uma vez que as oficinas são espaços importantes para discussões por meio de diferentes pontos de vista.

É relevante para as oficinas também sempre trazer temáticas atuais, como rastreabilidade e reinserção de produtores. O conteúdo também deve ser adaptado dependendo da região do evento, uma vez que cada uma tem suas especificidades, como, por exemplo, no caso de Rondônia, com foco na questão indígena e Sinop, com maior participação de frigoríficos que já tinham conhecimento sobre os critérios do PMFGA, então as discussões puderam ser mais aprofundadas.

Assim, as oficinas são uma importante forma de engajamento e de aproximação dos atores da pecuária. Esse contato, além de levar conhecimento, também traz aprendizado para a equipe do Programa Boi na Linha, para promoção de melhorias contínuas nos Protocolos de Monitoramento e Auditoria, treinamentos das partes envolvidas e conhecimento de campo.

## ANEXO I - Avaliação dos Workshops

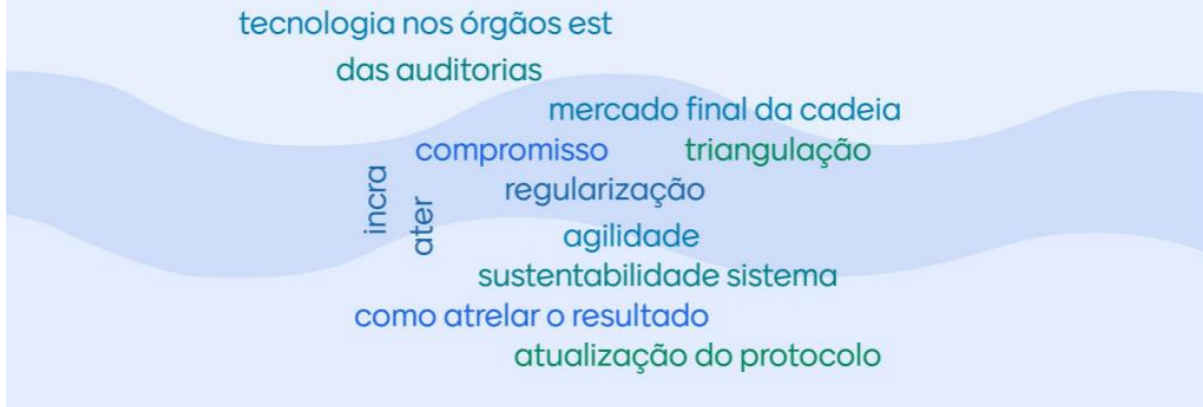
A seguir constam as avaliações e os comentários feitos pelos participantes sobre os workshops de Marabá, Cuiabá e Sinop. Nos demais eventos não foi feita esta avaliação final.

### 1. Marabá – PA

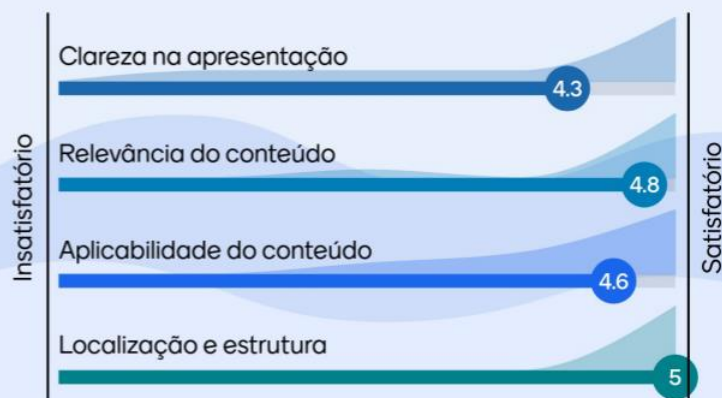




Que assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?  
12 responses



## Avaliação



## 2. Cuiabá - MT



**Qual foi o assunto mais útil nesta oficina?**

42 responses

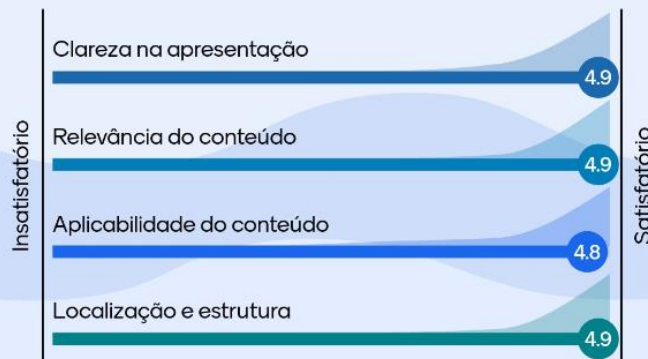


**Qual assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?**

17 responses



**Avaliação**



### 3. Sinop - MT

Qual foi o assunto mais útil nesta oficina?  
31 respostas



Qual assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?  
13 respostas

